



Entre determinações e determinismos: o determinismo geográfico perante uma análise crítica conceitual.

Thiago Henrique C. S. Antunes¹

Resumo.

O “determinismo geográfico” é um celebrado atributo crítico discursivo empregado para desaprovar, teoricamente, linhas argumentativas que supostamente menosprezam fatores históricos, culturais e sociais, atribuindo supremacia aos “elementos geográficos”. Essa dura ferramenta analítica vem sendo aplicada de forma confusa, ambígua e contraditória, produzindo efeitos contraproducentes, sob o ponto de vista dos estudos acadêmicos, que se prolongam à complicação na compreensão do fundamento ontológico que dá sustentação ôntica à própria ciência geográfica. Destarte, faz-se necessário apurar em que bases semânticas o termo foi forjado, bem como seu deslindar socioterminológico. É preciso integrar ao referido processo analítico conteúdos atinentes à filosofia da linguagem, da sociologia crítica e do estudo epistemológico em geografia, num esforço de botar em xeque as fundações de um tradicional recurso crítico dessa ciência. A metodologia adotada neste trabalho foi empreendida a partir de obras, artigos publicados em periódicos científicos e trabalhos acadêmicos de pós-graduação. Averiguou-se que o referido recurso crítico em boa parte dos exames é utilizado sem referencial explicativo, misturando o exagero elementar determinístico à tônica da teórica sistêmica, utilizando os eixos de ordem e balanceamento para atacar hipotéticos sistemas positivos de causas e efeitos necessários.

Palavras-chave: Filosofia da ciência geográfica; Epistemologia em geografia; Teoria e Método em geografia.

BETWEEN DETERMINATIONS AND DETERMINISMS: GEOGRAPHICAL DETERMINISM BEFORE A CONCEPTUAL CRITICAL ANALYSIS.

Abstract.

"Geographical Determinism" is a celebrated critical discursive attribute, used to theoretically disapprove, argumentative lines that supposedly underestimate historical, cultural and social factors, attributing supremacy to “geographic elements”. This harsh analytical tool has been applied in a confused, ambiguous and contradictory way, producing counterproductive effects, from the point of view of academic studies, which continue to complicate the understanding of the ontological foundation that gives ontic support to geographic science itself. Thus, it is necessary to find out on what semantic bases the term was forged, as well as its socio-terminological unraveling. Content related to the philosophy of language, critical sociology and epistemological study in

¹ Doutorando em geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em geografia pela Universidade de São Paulo (USP); Licenciado em geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

geography needs to be integrated into the said analytical process, in an effort to challenge the foundations of a traditional critical resource scientific journals and academic graduate work. It was found that this critical resource, in most of the exams, is used of this science. The methodology adopted in this essay was undertaken based on works, articles published in without explanatory reference, mixing elementary deterministic exaggeration with the tonic of systemic theory, using the axes of order and balance to attack hypothetical positive systems of necessary causes and effects.

Keywords: Philosophy of geographic science; Epistemology in geography; Theory and Method in geography.

Introdução

O termo “determinismo geográfico” é estampa recorrente em abordagens que ambicionam apresentar crítica sobre análises teóricas que supostamente preterem influências culturais-sociais-históricas no decurso de determinada sociedade, dando primazia aos chamados “fatores geográficos” no processo civilizatório, mediante a constituição do corpo e psique humana. Na forma de aplicação descrita, o termo já aparece nutrido de atributos de significância histórica que simbolizam o compromisso de representar um ferramental analítico que coadune com a realidade, ou melhor, que corresponda a uma realidade que se alinha à crítica teórica imposta a uma outra reflexão teórica. Nesse sentido, tomando-o como atributo crítico narrativo, faz-se necessário também perscrutar criticamente sua fundamentação.

A filosofia resguarda denso estofo teórico no que concerne à temática do determinismo, desenvolvido a partir de motes como liberdade/restrrição, contingência/necessidade, livre-arbítrio/coerção, todos ligados inicialmente ao fatalismo expresso nas tragédias gregas. Porém o “determinismo” com essa designação só surge no final do século XVIII, no contexto da “revolução científica”, que resgata essa antiga discussão, atualizando-a, de forma a ser compatível com o ambiente da ciência moderna. Nesse sentido, a denominação “determinismo” é observada pela primeira vez na França em 1836, sendo precedida em alguns anos pelo conceito equivalente em alemão (ENCYCLOPAEDIA UNIVERSALIS, 1989 apud CORRÊA, 2000). Esse período é afiliado a uma dualidade anterior, entre antropogeografia positivista e antropogeografia historicista (BOAS, 1880 apud CARVALHO JUNIOR & MORAES SOBRINHO, 2017). Aqui ainda se aludia mais ao termo “ambientalista”, para designar autores que hoje se classificam como “deterministas”.

A busca por determinações é atitude normativa do trabalho científico, nesse sentido, o determinismo é uma fabricação científica complexa, nuançada e de manuseio crítico, utilizada justamente como queixa teórica de desbalanceamento dos elementos determinantes de uma

análise. O termo, que a princípio parece ser uma cobrança austera de quem preza pelo fino equilíbrio e o rigor metodológico, circula com franca margem contraditória, combinações antagônicas de uso e parcas explicações e referências por quem dele se utiliza.

Com a crença de que é relevante o estudo da unidade lexical articulando a análise conceitual que intenta o conteúdo semântico que designa, portanto, à sua expressão (termo) e seu conteúdo (conceito) (BARROS, 2004), abordaremos o determinismo geográfico. Num esforço de demonstrar que as variações terminológicas e polissêmicas, a partir do encontro de múltiplas vertentes teóricas, intrincam o ambiente científico e ensejam em generalizações de uso.

Dessa forma, se tem por objetivo oferecer caminhos que contribuam para o tratamento crítico do termo “determinismo geográfico”, desempenhando esse movimento em um diálogo especial com a filosofia da linguagem, a sociologia crítica e a epistemologia em geografia. Não possuímos a pretensão de enfatizar a falsa dualidade entre determinismo-possibilismo, que é, reconhecidamente, a expressão clássica e formal do dualismo criado na ciência geográfica, contrastante apenas em suas formas idealizadas, no entanto, tendo em seus “antagônicas” virtuais (Ratzel e La Blache) evidentes semelhanças no manejo metodológico concernente ao cerne da questão ambiental (SANGUIN, 1990; MERCIER, 1995; ROBIC, 2014).

Esta, portanto, não é uma investigação que discute o determinismo geográfico a partir da história da ciência geográfica. Não iremos mobilizar autores que debatem o nível de influência ambiental, não demonstraremos como o determinismo ambiental inveterado nunca existiu, a não ser na cabeça de seus críticos, tampouco narraremos a trajetória do binarismo, guiada por conflitos político-ideológicos, disputas acadêmicas e rixas pessoais que tiveram na catapulta abstrativa Febvreviana — “A Terra e Evolução Humana” (1922) — o combustível polêmico, estereotipado e sistêmico certo para que se robustecesse como dualidade. A esse respeito, temos ótimos trabalhos, como os de Carvalho (1997, 2010), Sanguin (1990), Bassin (1984), Lewthwhite (1966), Glacken (1967), Speth (1978), Peet (1985), Carvalho Junior e Moraes Sobrinho (2017).

Nesta ocasião, o que se provoca não são os autores tipificados como deterministas geográficos, e sim as linhas argumentativas de quem os assim titula. Implementando esse esforço para além da história tradicional da ciência, desenvolvendo relações estreitas com a

filosofia e com o limitado olhar científico no que concerne à ontologia fundamental da geografia.

Determinação x Determinismo

De forma inicial, é importante demarcar limites conceituais entre dois termos: determinação e determinismo. Começamos pela determinação. Lefbvre (1975) nos ensina que quando o pensamento assimila a realidade para captá-la, ultrapassando sua forma vazia, ele, a um só tempo, provoca e conserva essa forma, atribuindo-lhe um conteúdo. Nesse sentido, admite que “o ser é sempre determinado” (ibidem, p.135). A determinação se perfaz como o traço fundamental da lógica (independente da que for escolhida) de delimitação do ser, num movimento de separação de forma que preserva a identidade.

Segundo Geraldino (2010, p. 76), “determinação é o próprio atributo de análise e identificação dos entes no mundo. Jamais poderíamos dizer uma palavra sobre uma coisa se antes não houvéssimos separado do resto que lhe envolve”. Esse esforço é realizado no sentido de conformar um ente (mediado pela lógica) no plano existencial, tomando a existência como o movimento de se colocar numa estrutura de interações com outros entes (MARTINS, 2007).

Esse processo exprime seu encadeamento nos recônditos da comunicação, onde a determinação subsidia a “definição” (BOURDIEU, 2001) e, por conseguinte, se vê constituída a partir de duas características: ela deve ser universal e própria. Universal porque a determinação atribuída ao ente (definição) precisa dar conta de compreender todos os entes que reúnam as características delimitantes, portanto, a definição de “bananas” deve compreender todas as bananas. Por outro lado, ela também precisa ser particular, ou seja, não pode incluir nenhuma maçã, só as bananas. Se pelo lado universal é importante que nenhuma banana fique de fora, que a definição não fique aquém, é igualmente necessário que esta também seja própria, não transvase para outros quadros de definição.

A condição da determinação não transbordar seus limites é exatamente o que permite entender que ela se estabelece, sempre, de forma relacional; em outras palavras, a determinação é mediada pela tautologia, uma coisa é o que a outra não é, e só tem significado no desmentir do seu contrário. Por exemplo, quando se determina o que é um professor, fica evidente que “professor” só é definível em função da determinação do que é um aluno, só é professor em função do que lhe é outro. Esse comprometimento relacional não deve ser

confundido com a simplória negatividade, que apesar de compor o ato definitivo, não o sustenta por si, não se define “professor” como “aquilo que não é um aluno”.

Para Lefbvre (op. cit., p. 135), “a contradição só deve ser admitida no pensamento enquanto contradição, ou seja, como algo consciente e refletido. A contradição irrefletida destrona o pensamento e rebaixa-o ao nível de conteúdo informe”.

Passemos agora ao determinismo. Como visto, o conceito de determinação realiza-se amparado por uma lógica estruturante, porém o mesmo não ocorre em relação ao determinismo. Mas antes de analisar as bases de aplicabilidade do termo em si, é útil que compreendamos alguns eixos que integram o ato comunicativo. Gaudin (1993), ao desenvolver um estudo terminológico inclinando-se na direção de sua utilização econômica, social e comercial, não entende a linguística de comunicação como uma metalinguagem, e sim como uma socioterminologia (FAULSTICH, 2006), assim sendo, os conhecimentos recebem tratamentos de manifestações de campos especializados que equacionam seus discursos a partir da planificação linguística gestada entre a (re)construção da terminologia e a sociedade. Sob essa lógica que o sufixo “ismo” interliga-se à determinação.

A raiz etimológica do sufixo “ismo” que utilizamos é hegemonicamente reconhecida como oriunda do grego *ismos* — trabalhos revisionistas apontam que *ismos* não formava sufixo na língua grega, e sim a terminação *mós*², sufixo que remeteria a algo como “área demarcada”. O fato é que a introdução do sufixo não foi emulada pelos gramáticos para a composição de novos vocábulos e sim por algumas ciências que apelavam ao sufixo para designar novos elementos que surgiam em suas respectivas áreas já nos séculos XVII e XVIII (GIANASTACIO, 2009).

Nessa hora, apresenta-se diante de nós um paradoxo quando nos remetemos ao vocábulo “determinismo”. Porque apesar de ser composto pelo termo “determinação” (que como vimos organiza a lógica da abordagem científica) adjunto ao sufixo “ismo” (fundado como aporte de especificidade científica), o determinismo não apresenta estatuto científico. Isso acontece porque no deslindar socioterminológico, o termo, que inicialmente fora pensado como um sufixo que sinonimaria o vocábulo “determinação”, no sentido de delimitação de algo em detrimento de outro, acabou preservando a constante determinante e sobrepondo-a, encorpando um estado de determinação superlativa, que se fecha em algum(ns) elemento(s)

² Ver Gianastacio (2009).

específico(s), descalibra o restante das valências determinantes e se traduz numa apreensão deformada do recorte identitário que se pretendia pinçar.

Ao abandonar elementos da composição determinante, operando sob a via da razão central, da prevalência, o determinismo expressa uma preponderância de uma ou algumas das determinações de algo. Quando observarmos que certo fator não tem tamanha influência que julgávamos ter na explicação de algo, estaríamos concebendo uma análise determinista. Nesse sentido, o que há é a determinação, o determinismo é punhal teórico de quem considera uma determinação equivocada. Por isso, tanto determinismo quanto determinação são termos submissos aos critérios e contextos aos quais são realizadas as análises.

Isso fica evidente quando Edgar Morin (2008), com sua teoria da complexidade, nos esclarece que os comportamentos são determinados por uma pluralidade de fatores tão numerosos, complexos e encadeados que se faz muito difícil conseguir rastreá-los de fio a pavio. Mas o fato de não se conseguir resgatá-los a partir de estruturação biológica somada a uma trajetória social não retira a determinação, que vai se reconfigurando de forma contínua, à medida que o ser se relaciona com o mundo. Não é porque o resultado que eu observo hoje é produto de um número “x” de causas que eu jamais conseguirei identificar, que ele não seja rigorosamente determinado por essas mesmas “x” causas, e passado o instante seguinte, somam-se mais elementos à relação e o “x” é modificado, se complexifica.

O relacionamento constitutivo interno dos elementos se apresenta de modo intangível, a composição de determinação se dá entre eles, num processo negativo implicado. Esse processo se observa em ato e não se deixa subdividir por conta do composto determinante que corre de parte a parte. Esse movimento é único, um elemento só se modifica transformando o outro; em outros termos, nunca há uma expressão elementar que não seja maculada pela relação (DAMIANI, 2005). A partir disso, entendemos a dificuldade de analisar o objeto em movimento e como a lógica formal, que reconhece e aponta relações de causalidade, ancorada apenas na exterioridade superficial, pode ser insuficiente.

Toda gradação entre aleatoriedade e regularidade não retira a determinação, mas sim a teoria sistêmica determinada. A determinação frui a partir da forma presentificada. As aleatoriedades, incertezas, desordens e entropias que participam da construção determinada são ingredientes processuais que ainda não se deixam enquadrar em uma constante socialmente determinada. O padrão nunca se reproduz em face de uma análise inflexível, pois

a conformidade é um discernimento engatado, a grosso modo. Nunca será possível “reproduzir” exatamente as mesmas condições no que tange aos relacionamentos definidores de algo, porque toda relação, como vimos, é única, irrepetível e indiscernível, impondo especulações e probabilidades que escapam à lógica científica.

Dessa forma, agudizando a análise, o determinismo se torna inevitável, porque nunca se conseguirá impor um dispositivo analítico que imobilize a dinâmica da realidade e abarque todos os fatores contributivos na constituição da forma observada. A partir disso, percebe-se que a apreciação do que é classificado como determinação e determinismo é produzida por pares que manifestam julgos mediados por suas trajetórias existenciais revestidas de aleatoriedade e sobrecargas circunstanciais. A classificação de determinismo geográfico por quem se queixa da ausência do peso das injunções socioculturais não resolveria em nada no que diz respeito a uma quimérica consideração equânime dos elementos determinantes, no máximo o que conseguiria seria inverter a polaridade.

Então, o que costuma valer na hora de determinar algo é um conjunto elementar inexato encorpado da racionalidade hegemônica compartilhada. De *prima facie*, compreendemos o que Bourdieu (2005) apontava quando dizia que a representação simbólica de algo, sua áurea perceptiva, sua assimilação abrangente, transcende a existência orgânica dos corpos, isto é, o apetite orgânico de um corpo incide na sua determinação bem menos do que se poderia supor, pois a vida social dura muito mais do que a orgânica.

Bastaria um único exemplo, que pode ser oferecido a partir do próprio autor mencionado. Pierre Bourdieu não possui mais uma existência física, pois morreu em 2001, entretanto sua existência simbólica segue colossal nas salas dos cursos de sociologia mundo afora, seguindo como um jogador estruturante do campo acadêmico, que tem suas ideias correndo para eixos de determinação, propostos por quem na situação social se faz autorizado a determinar.

Até alguns críticos dos “críticos ao determinismo” acreditam que o criticar enquanto teoria científica é um paradoxo, por considerarem-no como meta científica *apriori*, acabando por remeter exatamente à noção de busca de determinações que discrepa gravemente do seu entendimento associado à teoria das ideias, sendo objeto de poder agenciado, como palavra de ordem (DELEUZE & GUATARI, 1995). É preciso diferenciar a busca por determinantes da sistemática determinista, a qual já pressupõe uma lógica de causa e efeito e ordenamento. Os

processos linguísticos se enquadram em formas de vida em constante processo determinístico, formas mergulhadas em práxis comunicativas que forjam e são forjadas em campos sociais, onde a consagração de legitimidade depende das guinadas históricas estruturais edificadoras de tendências hegemônicas de definição (FOUCAULT, 1999).

O determinismo geográfico ou determinismo ambiental é a vinculação à comunidade geográfica, exatamente a partir dos termos “geográfico” e “ambiental”, produzindo uma percepção de que a origem da teoria está na geografia, tanto em termos de sua produção, divulgação e resolução. Entretanto, para comentadores minuciosos, mesmo os considerados como profundos deterministas geográficos, como Montesquieu, Buckle, Cousin e Demolins, concederam em seus textos importantes atribuições de influência à liberdade humana. Talvez os que poderiam ser considerados como deterministas severos, porém ainda com algumas restrições (pois aplicavam suas ideias sob bases metafísicas distantes da materialidade da vida social, o que dificultaria o confronto analítico) seriam os sociólogos Demolins e Le Play e o filósofo Victor Cousin. Nenhum deles era geógrafo. Todos esses, anteriores à publicação da “Antropogeografia”, em 1882, de Ratzel, e portanto, longe da dualidade decorrente (CARVALHO JUNIOR & MORAES SOBRINHO, op.cit.).

O determinismo geográfico é o determinismo da geografia?

A aplicabilidade do termo “determinismo geográfico” como atributo crítico só é possível mediante uma compreensão restrita do que é geografia. Pois admite-a exclusivamente como estudo da relação sociedade/natureza, homem/meio, em consonância com a ideia do binômio desagregado. A partir disso, as escolhas processadas são tomadas como potências restritas de dois motivadores rigorosos (cultura ou natureza), de influências típicas, excludentes e ausentes no que concerne ao amálgama de complexidade de influência interativa.

Moraes (2000) oferece uma importante diferenciação, a fim de comunicar problemas que erigem face ao não discernimento acerca da distinção entre a geografia material e o discurso geográfico. A primeira seria propriamente a realidade fático-material de arranjos e ordenação dos seres e objetos no planeta. Já o discurso geográfico concerne às representações produzidas pelas sociedades a respeito dessa realidade, assim dizendo, a geografia material seria o objeto das interpretações geográficas; estas, por sua vez, retroagirão impactando na construção/valorização simbólica dos entes no espaço.

Nessa marcha, é fundamental que compreendamos a geografia como fundamento presente na constituição da realidade a qual integramos, e sendo também uma propriedade estruturante do pensamento para a ciência geográfica, que é o ramo do conhecimento que se serve da realidade objetiva para esquematizar subjetivamente sistematizações, procedimentos metodológicos, numa tentativa de retratar elementos fenomênicos da realidade. Tanto que a ciência geográfica, quando precisa se remeter não às suas próprias fabricações científicas, e sim à “realidade em si”, designa denominações como “elementos geográficos”, “fatores geográficos” e “determinações geográficas” (MARTINS, op.cit.).

A dificuldade se instaura porque boa parte das análises faz o movimento oposto, define o fundamento da disciplina pela prática de quem a opera. O que seria impossível, porque a geografia surge no processo mediado pela consciência do existir enquanto humano, que se faz quando designamos a alteridade que nos cerca.

A geografia é categoria da existência, isso pois existir é sempre a existência para a consciência, a alteridade existe como consciência para o homem. A geografia é o que surge a partir da relação entre homem e meio, que só é possível quando pontos de localização/contato são assimilados em nexos rítmicos pela consciência, ou seja, a dimensão do estar “aqui” só é praticável porque é percebido o “lá”. Sem o conhecimento geográfico (que independe de como se denomine) seria impossível ao humano conceituar, submeter e se orientar em relação ao meio. Essa é a incontornável vinculação entre “ser” e “estar”, o “porquê” dos “aondes” (ibidem, 2007). “Ninguém sabe de si ou realmente responde à pergunta “quem sou eu?”, se não souber “onde está” (idem, p.5, 2016).

O conhecimento geográfico, por seu turno, está presente em todas as épocas históricas, em todas as sociedades, tanto sua manifestação discursiva (que também abarca a geografia espontânea do cotidiano) — que nos processos de sociabilização hegemônicos ocidentais se denominou como “geografia”, mas poderia ter outro nome, ou nem ser conceituado/sistematizado, dependendo da sociedade — quanto na sua materialidade enquanto quiasma indispensável na apreensão do real. Marcelo Escolar (1996) oferece-nos pistas para entender as matrizes do embaraço, lembrando-nos que os historiadores lançam mão de duas palavras diferentes face a esse impasse: utilizam “história” para nominar seu objeto de análise em si e “historiografia” para denominar o discurso a respeito desse objeto.

Já o que se constituiu como ciência geográfica, erguida junto à economia-mundo capitalista, e que foi a empresa que se colocou na dianteira do tratamento “legítimo” da sociedade ocidental para com essa propriedade do real, nomeou tanto um quanto o outro com um só nome: Geografia. Evidente que ambos são inseparáveis e assimilados de forma composta no pensamento, e como nos ensina Armando Silva: “[...] Não existe ontologia que não se dê primeiro como epistemologia” (SILVA, p. 25, 1986). Ainda assim, tratam-se de duas categorias diferentes e que precisam ser elucidadas como tais, já que a utilização inespecífica compromete todo o entendimento do que se pretende analisar.

Franqueada essa perspectiva, voltemos ao determinismo geográfico. O determinismo geográfico se desdobra numa contradição elementar, pois se traduz como determinismo da própria geografia. Assume que a geografia enquanto categoria presente na constituição da realidade não comporta o real em sua totalidade. Sendo a geografia algo que emerge do processo de apropriação (objetiva e subjetiva) do homem em relação à alteridade, como seria possível uma ou outra propriedade geográfica se fazer como soberana? Bem como, de que modo seria realizável tomá-la como compêndio unitário físico que arrebatava escolhas à frente dos elementos sociais? Isso não ocorre porque a sociabilização é elementaridade nascente e constituinte da geograficidade (DARDEL, 2019 [1952]).

Quando o pesquisador 1 acredita que certo elemento exposto pelo pesquisador 2 não possui ou possui grandeza menor em relação à influência na composição determinante que o segundo julgava ter, ele classifica a posição como determinista. A crítica em si já corrobora com o teor determinista que se pretendia combater, pois, ao tentar vexar uma análise que supostamente conduz a maior parte das escolhas associadas a características do ambiente ao arrepio das injunções culturais, chamando isso de “geográfico”, a geografia, que expressamente aqui é apreendida em seu significado fático-material, é capturada como rudimentaridade que se fecha numa realidade ambiental que influencia, mas não é influenciável pela ação humana, ou seja, algo que transcende a compreensão lógica interativa.

O determinismo geográfico (que, como é expresso e criticado teoricamente atado à ciência, poderia ser melhor entendido como determinismo do discurso geográfico) encontra justamente no ambiente científico as desarmônicas representações de carga de influência na constituição da realidade. Parece sedutor, mas não poderíamos dizer que os discursos deterministas geográficos portam determinismos geográficos em suas análises, isto pois, incorreríamos em uma transmutação irrefletida do nível ôntico em direção à ontologia

fundamental, logo haveria uma exigência de autonomização do objeto em relação ao sujeito, a ciência se sobrepondo à vida *fática* (INWOOD, 2004).

Terminamos esta seção corroborando com Woolbridge & Est (p. 35, 1967), quando ponderam: “Só os geógrafos que optam por assumir o papel de amadores propensos a estabelecer sutis distinções de palavras caem, persistentemente, em armadilhas de sua própria criação da palavra “determinismo”. Apenas advertimos que a disseminação do termo “determinismo” para classificar posições teóricas de geógrafos, deu-se a partir da obra do historiador Lucien Febvre (1922).

O indeterminado “determinismo geográfico”

Um fator que produz desalinho em investigações que dialogam com o termo “determinismo” é a confusão armada a partir de uma mescla teórica que em grande parte das vezes acontece assim: primeiro há uma mistura antiquada entre o determinismo, o “necessitarismo” e o “fatalismo”. Então o necessitarismo, que pode ser entendido como “pressão exercida sobre os desejos e ações do homem pelo encadeamento inevitável dos princípios e das consequências, dos efeitos e das causas” (LALLANDE, 2007, p. 728 apud CARVALHO JUNIOR & MORAES SOBRINHO, op.cit.), e o fatalismo, pensado como conformismo aderido à ideia de destino fatal, uma resignação face a qualquer circunstância (MARTIN-BARÓ, 2017 apud COSTA & MENDES, 2020) são enquadrados no mesmo feudo junto ao determinismo que é levado de roldão, de forma que tudo que cruzar esse universo de causalidade genérica poderá ser apontado como determinismo.

Soma-se a isso o não estabelecimento da diferenciação entre determinação e determinismo. De forma que se exhibe determinismo como a representação sistemática da determinação, isto é, uma teórica em que todo acontecimento é explicado pela determinação, entendendo essas determinações como circunscritas às causalidades mecanicistas que englobariam todos os acontecimentos e formas/produtos gerados, entretanto seria possível a aplicabilidade dominial dessa lógica, ou seja, agregar predicativos a uma suposta coesão universal. Isso se exemplifica na expressão “determinismo absoluto”, ora, se o determinismo é a cadeia de causalidade que determina os seres de um contexto unívoco, predicá-lo como absoluto seria tautologia, e com outros termos específicos seria contraditório.

Tanto a teoria da relatividade quanto a mecânica quântica constrangeram a causalidade necessária, e assim também o determinismo absoluto. Porém isso não se desenhou como um aceno ao “indeterminismo”, ao acaso e o arbítrio soberano, pois se conformou uma ampla utilização da noção de “condição”. Houve um movimento científico, em especial na física, motivada pela ideia de que “nem todas as possibilidades são igualmente prováveis”, assim, o arqueado sistema de determinação ainda suspira cientificamente, pelo resfolego da conexão condicional, das tendências mais prováveis (ABBAGNO, 2007 apud CARVALHO JUNIOR & MORAES SOBRINHO, op.cit.).

O determinismo absoluto, ou simplesmente determinismo, não poderia comportar determinismos dentro de si. A tendência de causalidades soberanas que cobrem todos os acontecimentos não poderia coexistir com tendências determinísticas. Perfazendo essa lógica o determinismo geográfico, neste sentido, não é referencial a nada, não há descalibre de outras valências para que o peso geográfico salte. Encaixilhando o exemplo de forma mais cuidadosa, esse determinismo nem apareceria como determinismo, seria apenas o sistema em seu funcionamento normal, determinando o que tem que determinar, sem destaque para seus constituintes.

Dito assim, além de se entender determinismo como condição superlativa de algum(ns) elemento(s) determinante(s), também pressupõem-se de antemão, como uma espécie de encadeamento causal que determina padrões de construção do mundo, como uma aderência totalizante que conecta a todos como elementos de um só contexto, em que o movimento se dá a partir de causas anteriores e os resultados continuam a partir destas como incontornáveis e necessários, ou seja, um sistema de determinação causal-universal-final em que a liberdade é solapada.

Feita a miscelânea, os críticos costumam voltar-se para o sentido inicial proposto, porém munidos da ambiguidade apresentada. O determinismo imperante se esfacela para juntar-se a um ou outro elemento constitutivo da realidade; temos a partir daí o determinismo geográfico, o determinismo biológico, o determinismo social, etc. O que é proposto é que o determinismo é envolvente da realidade, entretanto pode ser engavetado por alguns (os quais eles criticam) como sobrecarga determinística setorial. Dessa forma, o determinismo salta como elemento autônomo da análise de quem julga. Isso fica manifesto em trechos como:

“A abordagem determinista considera que todo acontecimento ou estado é o produto de causas externas atuantes. De certa maneira, a causa que funda o fato define também a capacidade de reproduzi-lo e de prevê-lo. O futuro aparece nesse caso como reduzido, circunscrito pelo presente. [...] A independência das manifestações fenomenais é apenas aparente e sempre é possível reconduzir essas manifestações a outros fatos ou a outros fenômenos pelo viés de uma explicação causal” (GOMES, 1996, p. 176).

E na mesma obra temos passagens como: “O discurso ratzeliano recoloca a geografia na modernidade científica. Segundo Peet, por exemplo, o determinismo geográfico de Ratzel foi, sem dúvida alguma, a primeira versão de uma geografia científica” (ibidem, p. 187).

O autor pensa o determinismo acompanhado das noções de Schaefer (1953), que o toma como consenso de toda a ciência moderna, e, a partir disso, Ratzel teria sido o pioneiro a pensar de forma original alinhado a essa perspectiva, carimbando a entrada da geografia no mundo da modernidade científica. Há uma desorientação no que concerne à racionalização científica da modernidade: positiva, genérica, objetiva e saída a leis, com o determinismo, que, como exposto, é o apontar contradito exatamente por inconsistência de base lógica explicativa, caracterizado pela imposição desproporcional, o que o afastaria da regularidade fenomenal da ciência positivista. Análogo a isso, observamos que:

Considerações finais

A prática científica aborda a realidade por predicados, sendo assim, o determinismo geográfico é recurso crítico de um ou mais discursos geográficos que escancaram o fato de que a geografia, enquanto materialidade não se amolda ao expediente “científico” “determinismo”. A geografia em si mesma deforma ordenamentos de sua compreensão disciplinar.

O principal alvo que os críticos buscavam atacar era o determinismo do discurso geográfico, veja que nesse limiar a crítica se desloca para o nível ôntico, porém a legitimidade científica autonomiza o objeto, (no caso, uma outra abordagem teórica), de forma a erguê-la ao estatuto da “cientificidade” sinonimando a “objetividade”, escamoteando o fato de que o conhecimento científico sustenta uma visão de mundo.

Nesse caminhar, fez-se manifesto que o determinismo geográfico é empregado no ambiente acadêmico, destituído de referenciais conceituais, imbuído em hibridizações teóricas que prolongam o nível de imprecisão e generalizações do seu uso e como oferta despreocupada pseudocrítica que acaba por ensejar em estigmatizações face a autores e vertentes do pensamento. Ensejando na incompreensão dos limites da abordagem científica para com a realidade.

Análises que resgatem as raízes socioterminológicas de um termo em anexo à sua história científica nos ajudam a compreender como seu uso surgiu, evoluiu e vem sendo empreendido, auxiliando-nos também a perceber fundamentos da incompreensão do conteúdo geográfico e como a planificação linguística opera nesse sentido.

O sonambulismo dogmático teórico, para além da simplória classificação do determinismo geográfico como um conceito *portmanteau*, no qual se é permitido abarcar à revelia alvos críticos, perfaz um fio condutor de entendimentos necessariamente antagônicos, superficiais e corroborativos à traiçoeira noção de exatidão.

Referências

- BARROS, L. **Curso básico de terminologia**. São Paulo: Edusp, 2004.
- BOAS, F. **Anthropology and Modern Life**. New York: Dover Publications, 1986.
- BASSIN, M. Friedrich Ratzel's travels in the United States: a study in the genesis of his Antropogeography. **History of Geography Newsletter**, v. 4, p. 11-22, 1984.
- BOURDIEU, P. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- BOURDIEU, P. **A economia das Trocas Simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva. 2005.
- CARVALHO, M. Diálogos entre as Ciências Sociais: um legado intelectual de Friedrich Ratzel (1844-1904). **Biblio3W Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, n. 34, 1997.
- CARVALHO, M. Friedrich Ratzel (1844-1904): “O insípido está sempre incorreto”. **GEOgraphia**, v. 12, n. 23, p. 140-156, 2010.
- CARVALHO JÚNIOR, I; MORAES SOBRINHO, A. A perpetuação de mitos no pensamento geográfico: a ideia das influências ambientais e a falsa dicotomia determinismo/possibilismo. **Anpege**, v.13, n.22, p.164-197, set/dez, 2017.

COSTA, P; MENDES, K. Dialética do Fatalismo: do Fatalismo dos Indivíduos para o da Ordem. **Estudos e Pesquisas em Psicologia (UERJ)**, v.20, n.2, p.1-9, mai, 2020.

DAMIANI, A. A geografia que desejamos. **Boletim Paulista de Geografia**, v.1, n.83, p.57-90, dez, 2005.

DARDEL, E. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. Tradução: Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva, 2019 [1952].

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia**: 34. ed., 1995.

ESCOLAR, M. **A Crítica do Discurso Geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FAULSTICH, E. A socioterminologia na comunicação científica e técnica. **Ciência e Cultura**, v.58, n.2, p.1-12, jun, 2006.

FEBVRE. **A terra e a evolução humana**: introdução geográfica à história. Lisboa: Cosmos, 1956.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1999.

GAUDIN, F. **Socioterminologie**: des problèmes semantiques aux pratiques institutionnelles. Rouen: Publications de l'Université de Rouen, 1993.

GERALDINO, C. **O conceito de meio na geografia**. 2010. 134f. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

GIANASTACIO, V. **A presença do sufixo –ismo nas gramáticas da língua portuguesa e sua abrangência dos valores semânticos, a partir do Dicionário de Língua Portuguesa Antônio Houaiss**. 2009. 176f. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GLACKEN, C. **Traces on the Rhodian Shore**. Nature and Culture in Western thought from Ancient Times to the end of the Eighteenth Century. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1967.

GOMES, P. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

INWOOD, M. **Heidegger**. Tradução: Adail U. Sobral. São Paulo: Loyola, 2004.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LEWTHWAITE, G. Environmentalism and determinism: a search for clarification. **Annals of the association of american geographers**, v.56, n.1, p.1-23, mar, 1966.

MARTINS, E. Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser. **Geosp- Espaço e Tempo**, v.11, n.1, p.1-20, ago, 2007.

MARTINS, E. O Pensamento Geográfico é Geografia em Pensamento? **Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFF)**, v.18, n.31, p.1-19, set, 2016.

MERCIER, G. La région et l'État selon Friedrich Ratzel et Paul Vidal de la Blache. In: **Annales de Géographie**. Armand Colin, v. 104, n. 583. p. 211-235, 1995.

MORAES, A. Geografia, História e História da Geografia. **Terra Brasilis, Nova Série**, v.2, p.1-6, 2013 (2000).

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 5.ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

ROBIC, M. La réception de Friedrich Ratzel en France et ses usages au temps de l'installation de la géographie à l'Université (années 1880-1914). **Revue germanique internationale**, n. 20, p. 13-39, 2014.

SCHAEFER, F. Exceptionalism in Geography: A Methodological Examination. **AAGG**, v.43, n.3, p.226-249, 1953.

SILVA, A. **As categorias como fundamento do conhecimento geográfico**. In: SANTOS, M & SOUZA, M. O espaço interdisciplinar. São Paulo: Nobel, 1986.

SPATE, O. Tonybee and Huntington: A study in determinismo. In: **The Geographical Journal**, v.118, n.4, p.406-424, dez, 1952.

SPETH, W. The Antropogeographic theory of Franz Boas. **Antropos-Jstor**, v.73, n.2, p.1-31, 1978.

WOOLDRIDGE, S; EAST, W. **Espírito e propósitos da Geografia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.